



Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740



EMENDA nº 05 /2023

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 03/2023

EMENTA: "Altere-se a redação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023."

Os Vereadores que esta subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, vêm apresentar as seguintes **EMENDAS** ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, a saber:

01 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o *caput* e os §§1º e 2º do art. 27 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27 - A carga horária, a ser cumprida pelos servidores públicos municipais será a fixada no Plano de Cargos Salários e Vencimentos

§ 1º - A jornada de trabalho do servidor público poderá ocorrer em turnos diurnos e noturnos, de acordo com a especificidade das atividades desenvolvidas, admitindo-se, conforme a necessidade do serviço, a realização de jornadas especiais, a ser regulamento por lei, para a Administração Direta, Autárquica e Fundacional, no âmbito de suas competências.

§ 2º - Fica admitida a compensação da jornada prestada além da jornada normal de trabalho do servidor, por meio de banco de horas, nos termos da lei e regulamentos e desde que tenha anuência do servidor.

02 – EMENDA MODIFICATIVA – Alterem-se os incisos I e II e crie-se o inciso III do §8º do art. 29 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - metade do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer até 01 (uma) hora depois da hora marcada para início do expediente, podendo a ausência ser compensada ou justificada a perante a chefia imediata ou secretário da pasta, o qual julgará a justificção ou autorizará a compensação caso em que não prejudicará a remuneração.

II - a metade do vencimento ou remuneração do dia, quando comparecer depois da hora marcada para início do expediente acima do horário previsto no inciso anterior e antes da metade da jornada de trabalho desde que não justificada ou permitida.

III – a totalidade do vencimento ou da remuneração após decorrido 50% da jornada de trabalho do dia, desde que não justificada ou autorizada pela chefia imediata ou **secretário da pasta**.

03 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o §9º do art. 29 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740



§ 9º - No caso de servidores cumprindo jornada de 12x36, o desconto das faltas será equivalente a 1,5 (um virgula cinco) dias de trabalho,

03 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o §3º do art. 31 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º Os servidores mencionados no caput deste artigo se referem ao servidores efetivos, contratados e aos ocupantes de cargos comissionados.

04 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o inciso I e o §3º do art. 48 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 48 - Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, observados o interesse do serviço, a existência de vaga, nos termos de lei específica.

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse público devidamente motivado da Administração;

§ 3º - O período e os critérios para a remoção de servidores serão regulamentados pelo órgão municipal competente em até 180 (cento e oitenta dias) dias após a publicação desta Lei.

05 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o caput art. 71 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71 - Função gratificada é a instituída em lei para atender os encargos de atribuições e responsabilidades administrativas, técnicas ou operacionais temporárias que se cometem a um servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou comissionado, sem prejuízo do exercício das funções de seu cargo original.

06 – EMENDA MODIFICATIVA – Alterem-se o caput do art. 72 e seu §3º do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 72 - Os servidores que habitualmente trabalhem em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas, ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre a menor remuneração do cargo efetivo.



Câmara Municipal de Manhuaçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740



§ 3º - Na concessão dos adicionais de que trata o § 2º deste artigo, será observada a legislação municipal, inclusive a Lei nº 3.533, 18 de novembro de 2015 e, nos casos omissos, legislação federal específica.

07 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o *caput* art. 74 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74 - O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5(cinco) horas do dia seguinte, será acrescido do percentual relativo ao adicional noturno.

08 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o *caput* art. 76 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76 - O décimo terceiro salário será pago, anualmente, a todo servidor municipal, independentemente da remuneração a que fizer jus.

09 – EMENDA MODIFICATIVA – Suprima-se o inciso X do art. 80 e alterem-se os §§ 1º e 2º do art. 80 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passam1)...cl.0 a vigorar com a seguinte redação:

Art. 80 - Conceder-se-á licença ao servidor:

§ 1º - As licenças dos incisos I a III serão concedidas nos termos do Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º - O servidor que se encontrar licenciado nas hipóteses especificadas nos incisos I a IV deste artigo não poderá, no prazo de duração do afastamento remunerado, exercer qualquer atividade remunerada incompatível com o fundamento da licença, sob pena de imediata cassação desta e perda da remuneração, até que reassuma o exercício do cargo, sem prejuízo da aplicação de penas disciplinares cabíveis.

10 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o *caput* art. 84 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 84 - Poderá ser concedida a licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente, até o segundo grau de parentesco, padrasto ou madrasta, mediante comprovação médica.

11 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o *caput* art. 90 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 90 - O servidor, ao qual se possa atribuir a condição de fonte de infecção de doença transmissível, poderá ser licenciado, enquanto durar essa condição, a juízo de autoridade sanitária competente, e na forma prevista em lei, devendo o procedimento de afastamento ser totalmente sigiloso, sob pena de responsabilidade, em conjunto com o servidor e psicólogo.

12 – EMENDA MODIFICATIVA – Altere-se o §3º do art. 182 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:



Câmara Municipal de Manhauçu

Lei provincial nº 2.407, de 05/11/1877 - Área 628,43 km² - Altitude 612 metros
Rua Hilda Vargas Leitão, 141 - Alfa Sul - CEP 36900-000 - Telefone: (33) 3331-1740

§ 3º - Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo que ingressou no serviço público antes do advento desta Lei, sendo automaticamente o direito concedido.

13 – EMENDA MODIFICATIVA – Alterem-se o *caput* e os §§1º e 2º do art. 184 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 03/2023, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 184 – Por quinquênio de efetivo exercício, somente o servidor efetivo que ingressou no serviço público antes do advento desta Lei, continuará fazendo jus ao adicional de 5% (cinco por cento) sobre o seu vencimento que a este se incorporara para efeito de aposentadoria, continuando a conquista-los a cada 5 anos de efetivo exercício.

§ 1º - O adicional previsto neste artigo é devido a partir do dia imediato aquele em que o funcionário completar o tempo de serviço exigido.

§ 2º - O funcionário que exercer cumulativamente, mais de um cargo, terá o direito ao adicional do quinquênio sobre os dois cargos, obedecido o disposto no inciso XVI art. 37 da Constituição Federal.

JUSTIFICATIVA

A justificativa da alteração é adequar o PLC aos anseios dos servidores públicos do município.

Manhauçu, 15 de junho de 2023.


GILSON CÉSAR DA COSTA


GILMAR DE PAULA CABRAL


KELSON SANTANA DOS SANTOS

Câmara Municipal de Manhauçu



PROTOCOLO GERAL 317/2023
Data: 15/06/2023 - Horário: 16:52
Legislativo